

Philippe C. Schmitter, **Portugal: do Autoritarismo à Democracia**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, 499 páginas.

Há muito esperado, este livro reúne uma série de estudos elaborados por Phillippe Schmitter sobre o sistema político português publicados em livros e revistas da especialidade a partir dos anos 70. Nos últimos trinta anos, o autor tem sido um observador atento da política portuguesa, acompanhando, primeiro, o fim do Estado Novo e, depois, o nascimento e amadurecimento da democracia portuguesa. Ao longo deste período foi reflectindo sobre o significado das várias fases tanto a nível comparativo como teórico.

O autor é um dos mais conceituados teóricos da democratização, e por isso este livro é duplamente importante: não só é uma perspectiva longitudinal da política portuguesa, como representa os avanços na maneira de pensar os dois fenómenos da queda dos regimes autoritários e ascensão de democracias. Reflexo dos seus interesses académicos, o livro reúne textos de três tipos. A maior parte debruça-se sobre o caso português, tanto antes como depois do 25 de Abril. Outros analisam a democratização na Europa do Sul, juntando a experiência de Portugal às da Grécia, de Espanha e da Itália. Completam o livro três textos que teorizam o processo de democratização. Como todos os capítulos são independentes, só dois serão analisados, nomeadamente os capítulos I

e IX, escolhidos por serem emblemáticos. O primeiro é uma análise das origens do Estado Novo e o segundo resulta de uma investigação do papel das associações de interesses na consolidação democrática.

Antes, porém, importa fazer algumas breves considerações sobre os restantes capítulos. A intuição do autor está bem retratada nos capítulos sobre o PCP e o golpe de Estado de 1974, ambos escritos logo a seguir à revolução. O segundo capítulo, sobre o significado das eleições no Estado Novo, é um breve mas importante estudo sobre a importância do legalismo no regime salazarista. Dos capítulos teóricos destaca-se aquele que trata o papel das associações de interesses na democratização, dois temas centrais na carreira do autor. Por último, Schmitter aborda o tema da qualidade da democracia portuguesa e mostra que, apesar de ser um observador do caso português há quase trinta anos, continua a fornecer dados novos e interessantes sobre a nossa realidade.

No primeiro capítulo, Schmitter propõe-se investigar quais as bases sociais, económicas e políticas do regime autoritário em Portugal. Assim, expõe três modelos explicativos das origens de regimes ditatoriais, um que se concentra na base social de apoio ao regime, outro que sublinha o contexto económico da transição para o autoritarismo e, finalmente, o modelo que privilegia a incapacidade institucional em conter a tomada de poder de Salazar.

Neste estudo, o autor parece equacionar as «origens» com as «bases» do

salazarismo. A importância dada às origens das ditaduras deriva de estudos sobre os fascismos italiano e alemão, experiências fugazes, se comparadas com o Estado Novo. Com certeza que para perceber o Estado Novo é necessário conhecer os compromissos feitos entre grupos de direita, os católicos e os monárquicos nos anos 20. Mas o poder explicativo do modelo que se baseia nas *origens* do fascismo alemão, que esteve doze anos no poder, é muito superior ao das origens do salazarismo, que durou quase quatro décadas. Para compreender o tal «regime de excepção» é preciso (e isso tem vindo a ser feito) inquirir sobre os pactos renovados que foram sendo acordados entre 1933 e 1974, entre o governo e a sociedade. Portanto, este capítulo não é sobre as bases sociais, económicas e políticas do regime, mas sim sobre as origens dessas bases, sem investigar a forma como qualquer delas evoluiu ao longo do tempo.

Schmitter usa os dados biográficos dos deputados à Assembleia Nacional para chegar a algumas conclusões sobre a base social de apoio ao regime ditatorial. No entanto, embora a composição da Assembleia Nacional seja por si só interessante, ela não é particularmente relevante neste caso. As assembleias não costumam ser especialmente representativas da base social de qualquer regime, e a Assembleia Nacional ainda o devia ser menos, devido ao seu fraco poder institucional. Assim, o facto de não haver uma predominância de quaisquer *lobbies* na Assembleia diz mais sobre aquela instituição parlamentar

do que sobre a relação entre a sociedade e o regime. Uma análise das políticas governamentais em áreas-chave, como, por exemplo, a defesa, a indústria e a agricultura, seria de qualquer forma um indicador mais adequado dos alicerces sociais do salazarismo. Por outro lado, quando trata a base social do regime, Schmitter não analisa as duas instituições mais importantes para além do Estado, nomeadamente a Igreja e as forças armadas.

Schmitter continua o capítulo fazendo uma avaliação limitada do contexto económico no início da década de 30 para depois concluir com uma análise das fraquezas inerentes ao regime republicano que favoreceram a ascensão de Salazar ao poder. Na sua apreciação, as razões político-institucionais assumem grande importância no aparecimento do salazarismo, sem, no entanto, desprezar os factores económicos e sociais.

No capítulo IX, o autor faz uma análise comparada do papel das associações de interesses nas democratizações da Europa do Sul¹. Segundo o autor, estes casos parecem indicar que, «quanto mais o regime cessante se caracterizava por um corporativis-

¹ Este capítulo é a súpula de um projecto com investigadores dos vários países. Para Portugal, v. os artigos de M. Lucena e C. Gaspar, «Metamorfoses corporativas? — Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal — I e II, in *Análise Social*, vol. xxv (114), 1991, pp. 847-903, e vol. xxvii (115), 1992, pp. 135-187.

mo estatal generalizado, maior era a dificuldade de adaptação ao voluntarismo privado e à indiferença oficial» (p. 412). De seguida, o autor faz uma análise das características das associações de interesses, analisando alguns indicadores tanto para associações de indivíduos ou empresas (número de associações e filiação) como para associações nacionais que congregam associações regionais ou locais. Nas suas considerações finais, Schmitter indica que as mudanças sofridas pelas associações de interesses em Portugal foram maiores do que em Espanha; por outro lado, Portugal é um país onde existe uma forma de neocorporativismo, dada a concertação social conseguida entre 1986 e 1992.

A ideia de investigar o papel das associações de interesses na democratização foi de facto inovadora. Até aí a maioria dos estudos concentrava-se sobre o papel dos partidos, esquecendo outras instituições de intermediação existentes, por vezes até com maiores tradições do que os partidos políticos, formados à pressa no rescaldo das transições para a democracia. Além disso, a existência de formas de intermediação tanto em ditadura como em democracia permite perceber mais claramente as continuidades e as rupturas do sistema democrático com o passado.

Schmitter parece ser o autor ideal para desenvolver a ideia, já que um dos seus maiores contributos para a disciplina foi o conceito de «neocorporativismo», que desenvolveu a

partir do estudo do sistema de intermediação durante o Estado Novo. No entanto, esta formação poderá ter prejudicado a sua avaliação das associações de interesses no período democrático. Nos indicadores escolhidos, e nas conclusões que retira dos dados obtidos, Schmitter parte do princípio de que as organizações que se agrupam terão tendência a ser mais fortes. Esta ideia parece à primeira vista consensual. No entanto, em democracia, em especial nas democracias do Sul da Europa, a interferência partidária nas organizações de interesses, uma realidade comprovada, aliás, por Schmitter, pode invalidar este pressuposto.

Numa situação de pluralismo político, a desagregação das associações de interesses pode ser uma força, e não uma fraqueza, pois faz que em qualquer altura nenhuma classe (por exemplo, trabalhadores ou patronato) esteja refém de um governo partidário. Ou seja, partindo do pressuposto de que o PS e o PSD dominam a UGT, então a existência da CGTP favorece a classe trabalhadora em geral. De facto, quando um dos dois partidos está no poder, terá mais incentivos em favorecer os «seus» trabalhadores para impedir que estes se transfiram para a CGTP, e a UGT também tem mais poder de reivindicação face ao PSD e ao PS, havendo outra central sindical. Se só existisse a UGT, dominada pelos partidos institucionalmente, o poder da classe face aos partidos de governo (PS e PSD) acabaria por ser muito menor. Schmitter não pondera esta

possibilidade real: numa situação de infiltração partidária, a fragmentação das associações de interesses pode aumentar o poder da classe, especialmente quando os partidos estão *a priori* comprometidos com uma das associações.

Não obstante, ambos os capítulos são interessantes, e relevantes ainda hoje. Existem alguns estudos posteriores sobre o caso português porventura mais completos, pois alguns dos textos reunidos aqui foram publicados em cima do acontecimento. Se isso pode ser considerado uma fraqueza, é também um dos principais atractivos deste livro. De facto, o autor consegue transmitir de forma contagiante a novidade da transição democrática em Portugal, tal como ela foi vivida por alguns académicos nos anos 70. Phillippe Schmitter chegou a Portugal em 1971 para estudar o corporativismo num regime autoritário comprovadamente consolidado. E não se envergonha de relatar que, em 1973, nenhum académico que ele conhecia, incluindo ele próprio, tinha previsto que «Marcello Caetano viesse a ser derrubado, muito menos o colapso rápido e total do regime autoritário em Portugal» (p. 180). Este livro é por isso também um relato despretenso de como um cientista político lidou com desenvolvimentos inesperados, contribuindo para sublinhar a falta de inevitabilidade dos processos de democratização não só em Portugal, mas em todos os outros países que fizeram parte da terceira vaga.

Alberto Arons de Carvalho, A Censura à Imprensa na Época Marcelista, 2.^a ed., Coimbra, Minerva, 1999, 148 páginas.

A releitura do trabalho de Arons de Carvalho voltou a trazer-me prazer e proveito. Vinte e seis anos volvidos sobre a 1.^a edição, continua a ser o mais completo estudo sobre a censura à imprensa em Portugal do 5 de Outubro de 1910 ao 25 de Abril de 1974. No corpo do livro, o texto manteve-se, apenas com alguns pequenos apuramentos estilísticos. A diferença maior foi no título, que na 1.^a edição era *A Censura e as Leis de Imprensa*. Nem num nem noutro caso, pois, os títulos correspondem ao verdadeiro âmbito cronológico do trabalho. No primeiro era demasiado geral e, sem qualquer limitação cronológica, poder-se-ia julgar abranger toda a história portuguesa. Agora é demasiado restritivo, pois só no capítulo III trata da censura após a morte política de Salazar, embora, de facto, esta parte preencha pouco mais de metade do texto total.

O livro publicado em Outubro de 1973 pela «Seara Nova», depois de ter sido recusado por outra editora receosa da apreensão, significou um acto de grande coragem. Tanto mais que a «Seara Nova» já tivera várias das suas obras apreendidas, com elevados prejuízos materiais, além de buscas e roubos de livros pela PIDE à sua sede, verdadeiros assaltos sem lei nem regras¹. Como, aliás, o A. es-

¹ Lembro uma das vezes em que, ao lado de Sottomayor Cardia, como membros da di-